

ANÁLISE COMPARATIVA DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO SUDESTE DO PARÁ

COMPARATIVE ANALYSIS OF THE EFFICIENCY OF PUBLIC EXPENDITURE IN EDUCATION IN MUNICIPALITIES OF SOUTHEAST PARÁ

Gabriel Moraes Outeiro¹

Érika Lima Oliveira²

Laize Almeida Oliveira³

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa é verificar se a alocação dos gastos públicos com a educação pública é eficiente nos municípios do sudeste paraense, fazendo uma comparação com os indicadores de desempenho por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). A pesquisa considera a alocação dos gastos públicos na educação e a relação desses gastos com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Quanto aos objetivos esta pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória, que se utilizou de pesquisa bibliográfica e documental. Os dados secundários foram coletados tendo como referência os anos de 2009 e 2017. Como principal resultado constata-se que os municípios estão alocando os recursos recebidos para investir na educação fundamental, mas é necessário avançar mais para melhorar a educação, pois nem sempre o que gasta mais é o que melhor aloca seus recursos, como está demonstrado com os indicadores de desempenho escolar.

Palavras-Chave: Eficiência de gastos públicos. Educação Pública. Estado do Pará.

ABSTRACT

The general objective of this research is to verify if the allocation of public spending on public education is efficient in the municipalities of southeastern Pará, comparing with the performance indicators by Data Envelopment Analysis (DEA). The research regards the allocation of public spending on education and the relationship of spending with the Basic Education Development Index (IDEB). Regarding the objectives this research is characterized as descriptive and exploratory, which used bibliographic and documentary research. Secondary data were collected with reference to the years 2009 and 2017. As a main result it is found that the municipalities are allocating the resources received to invest in elementary education, but further progress is needed to improve education, as not always what spending more is best allocating your resources, as shown by school performance indicators.

Keywords: Efficiency of Public Expenditure. Public Education. State of Pará.

¹ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA). E-mail: gmouteiro@gmail.com.

² Graduanda em Ciências Contábeis pela Unifesspa. E-mail: erika.lima73@hotmail.com.

³ Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Alfa América. E-mail: laizealmeida@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade da educação disponibilizada à população está atrelada ao desenvolvimento humano. Desta forma, a melhoria nos serviços educacionais tende a gerar efeitos positivos em outros aspectos da vida das pessoas, como melhores oportunidades de trabalho e de acesso à saúde.

Assim, a forma como os recursos são alocados para a promoção da educação é importante para a sociedade como um todo. Por isso, estudos realizados no país comprovam que os recursos precisam ser bem alocados para gerarem resultados positivos, pois há uma correlação da realização de gastos e os dados apresentados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é utilizado de parâmetro para avaliar a qualidade da educação (SOUSA et al., 2016; FIRMINO; LEITE FILHO, 2018).

É importante saber o desempenho dos serviços educacionais, em especial quando se trata de gastos públicos realizados na educação pública, pois isto permite proporcionar informação útil para a prestação de contas perante a sociedade e melhorar a tomada de decisão pelos gestores públicos. Nos últimos anos estudos foram desenvolvidos sobre a eficiência da alocação de recursos, com o intuito de analisar a relação dos investimentos que são repassados para os municípios com os indicadores de desempenho educacionais de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), como Wilbert e D'abreu (2013); Fabre, Schlup e Pandini (2017); Costa et al. (2015); e Castro e Sousa (2018), que descrevem se os entes públicos são eficientes quanto a aplicação de seus recursos em educação.

Essa pesquisa justifica-se pelo fato de dar ênfase na alocação do recurso público e no investimento em educação, fazendo uma reflexão sobre o desenvolvimento que pode ser gerado e sua contribuição para a diminuição da desigualdade social, proporcionando aos indivíduos a ampliação da sua visão intelectual e capacitação para ingressar no mercado de trabalho.

O Estado do Pará é constituído por 144 municípios, contudo para compor a amostra do estudo foram utilizados os 39 municípios da Mesorregião Sudeste Paraense, fazendo utilização de informações coletadas para os anos de 2009 e 2017, tabuladas através do software de Análise Envoltória de Dados (DEA).

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é verificar se a alocação dos gastos públicos com a Educação no Ensino Fundamental é eficiente nos municípios do sudeste paraense, fazendo comparação com os indicadores de desempenho.

A pesquisa tem como base o estudo desenvolvido por Scherer et al. (2016), que analisou a eficiência dos estados brasileiros quanto aos gastos públicos na educação, a partir de sua relação com o IDEB, Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono Escolar.

Tomando-se como parâmetro o que defende Scherer et al. (2016), essa pesquisa poderá contribuir para a formulação de políticas públicas na área educacional, ao verificar se a gestão está alocando de forma eficiente seus recursos e seu potencial retorno para a sociedade, tendo condições de ser base para outros estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção se destina a explorar aspectos gerais relacionados à avaliação de políticas públicas, com breves apontamentos sobre a estrutura normativa do direito à educação e à eficiência dos gastos públicos em educação.

2.1 Avaliação de políticas públicas

A Reforma do Estado experimentada por diversos países ao redor do globo, incluindo o Brasil, fez com que houvesse um deslocamento da agenda pública, que em conjunto com ideais democráticos de participação social na gestão pública e transparência, impulsionou o interesse em políticas públicas e ação governamental (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Os estudos sobre políticas públicas, compreendidas como um conjunto de ações do Governo (PETERS, 1998), levaram às pesquisas sobre avaliação de políticas públicas, que, a despeito de não haver consenso, servem para fornecer informação, verificar a eficiência na alocação de recursos e para legitimação do Estado, com maior ênfase para uma delas conforme o período histórico (DERLIEN, 2001).

Desse modo, a avaliação pode ser classificada de diversas formas, mas, que em geral, permite examinar a pertinência, eficiência, efetividade e impacto das políticas públicas (TREVISAN; BELLEN, 2008). Ocorre que a avaliação exige algum cuidado na seleção de indicadores, para que haja correspondência entre a política que se pretende avaliar e o critério utilizado para lhe atribuir determinado valor.

Há, de forma intrínseca, o pressuposto de que a ação estatal pode ser analisada cientificamente (SOUZA, 2006). Logo, se as políticas podem ser avaliadas quanto à pertinência, eficiência, efetividade e impacto, quando se trata de avaliar políticas relacionadas à educação, a pesquisa foca em utilizar alguma forma de aferição das ações estatais nesta área.

De acordo com a Lei nº 9.394 de 1996, a educação básica abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, compreendendo processos que devem facilitar a convivência do aluno em sua comunidade e prepará-lo para o exercício da cidadania e inserção no mercado (BRASIL, 1996). Trata-se de um direito fundamental reconhecido na Constituição Federal de 88, que se constitui em um dever do Estado de implementá-lo (BRASIL, 1988).

Assim, ao se considerar a importância da educação pública para a sociedade, fica evidente a importância de acompanhar os recursos públicos destinados a esta área, para verificar quais os resultados destes gastos (FIRMINO; LEITE FILHO, 2018). Tendo por fio condutor as diversas formas possíveis de avaliar a política educacional e os limites de tempo, recursos e espaço, a concentração em uma forma de avaliação permite examinar com mais detalhes a relação entre custos e resultados, para aprimorar o processo de decisão e beneficiar a população como um todo e, nesse sentido, justifica-se priorizar a análise pelo critério da eficiência.

2.2 Eficiência na educação pública

A educação é um instrumento de desenvolvimento intelectual das pessoas, que requer a utilização de técnicas de gestão capazes de melhorar a alocação dos recursos investidos neste setor (MACÊDO et al., 2015). Assim, investir na educação e, mais especificamente na educação pública, influencia a elevação do nível de conhecimento e formação profissional do cidadão, o

que demonstra que a avaliação da aplicação dos recursos procura a efetivação e melhoria da qualidade da educação ofertada (MATIAS et al., 2018).

Dessa forma, a educação é um aspecto fundamental para mudar a sociedade, melhorar a condição de vida do indivíduo e permitir o desenvolvimento de habilidades relacionadas à formação profissional no mercado (SOUSA et al., 2016). Em face dos componentes que envolvem o aperfeiçoamento dos sistemas de atendimento às demandas sociais, compete aos gestores públicos tomar decisões para melhorar a eficiência na aplicação dos gastos públicos, ampliando os resultados e evoluindo seus indicadores educacionais (CASTRO; SOUSA, 2018).

Considera-se que para otimizar a correlação entre os bens e os serviços ofertados e o que é consumido, o governo precisa adaptar o método a ser introduzido pela administração, a fim de, tentar minimizar os gastos e em contrapartida melhorar o serviço a ser disponibilizado para a sociedade (BORGES; PEREIRA, 2014).

Assim, a partir da estrutura normativa definida na Constituição de 88, em art. 211, c/c §2º e §3º, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, competindo aos Municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos Estados e ao Distrito Federal atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio. (BRASIL, 1988).

Logo, quando se avalia a educação básica no setor público, as principais escolas são municipais e/ou estaduais, pois a União, por exclusão, acaba atuando principalmente no ensino superior, ainda que com suas ações acabe influenciando a educação básica.

Nesses termos, para que o ente público possa ser considerado eficiente é necessário que haja aumento no desempenho dos discentes com o mínimo de custos, e o gestor deve aplicar os recursos públicos para obter qualidade na prestação desse serviço, fazendo com que se tenha o máximo de aproveitamento possível (FABRE; SCHULUP; PANDINI, 2017).

Nesse sentido o governo prioriza pontos para a prestação dos serviços públicos e os investimentos a serem aplicados, visando assim, obter melhor rendimento e qualidade mediante maximização de benefícios para a sociedade, sempre em busca de práticas a serem adotadas para alcançar a eficiência (RECH; COMUNELLO; GODARTH, 2014).

A maneira mais apropriada para alocar o gasto público é analisando os resultados alcançados por meio do desempenho apresentado nos serviços governamentais, fazendo assim comparações à medida que os recursos são aplicados e realizando práticas que tragam benefícios para a coletividade (WILBERT; D'ABREU, 2013).

Segundo Souza et al. (2016), que avaliou a eficiência dos recursos públicos aplicados em dezembro de 2014 no ensino fundamental em municípios do Espírito Santo, a forma como o recurso é alocado demonstra a importância que ele possui para melhorar o desempenho do aluno e contribuir para o seu desenvolvimento.

Para Scherer et al. (2016), saber como investir os recursos públicos é uma tarefa complicada, pois exige um certo planejamento por parte da administração pública para que a sociedade possa ser atendida da melhor forma possível, promovendo o bem-estar de todos. Este estudo analisou a eficiência da educação básica dos estados brasileiros no ano de 2013, demonstrando sua importância na obtenção de resultados satisfatórios.

De acordo com Macêdo et al. (2015), o capital humano é o recurso que mais contribui para que haja crescimento e aumento de oportunidades para todos. Dessa forma, partindo dessa linha de pensamento, os pesquisadores se preocuparam em analisar se os recursos estão sendo

alocados de forma eficiente em municípios do estado do Paraná entre os anos de 2005 até 2009, concluindo que os menores municípios tendem a ter a gestão mais eficiente.

Segundo Firmino e Leite Filho (2018), com o aumento dos recursos destinados à área educacional é imprescindível que se faça o acompanhamento dos gastos efetuados, acompanhando se a sua aplicação está sendo feita de forma correta por parte da gestão, para avaliar a eficiência das finanças públicas. Esta pesquisa foi realizada para os anos de 2007 e 2009, demonstrando o quanto os municípios são frágeis no que se refere à qualidade dos gastos aplicados à educação básica.

Para Fabre, Schlup e Pandini (2017), a principal forma de se desenvolver socialmente é por meio da educação, sendo assim, é essencial que se faça um acompanhamento da alocação desse recurso para garantir que a melhoria do bem-estar econômico de uma sociedade mais igualitária. O seu estudo examinou o desempenho de alunos de pequenos municípios do estado de Santa Catarina no período de 2011 a 2014, chegando à conclusão que não existe relação entre o gasto público e o desempenho do estudante.

Segundo Matias et al. (2018), exercem influência no desempenho educacional a presença de exames centralizados; distribuição do poder de decisão entre escolas e órgãos governamentais; qualificação dos professores; distribuição do poder de decisão sobre o sistema de educação entre níveis de governo; qualidade da infraestrutura da escola; grau de competição entre escolas públicas e privadas; e condição socioeconômica dos alunos.

Assim, existem fatores relacionados ao desempenho estudantil não controláveis, como a renda dos discentes, e elementos passíveis de controle e relacionados diretamente ao gasto público, como infraestrutura das instituições de ensino.

Sendo assim, para analisar os resultados alcançados utilizou-se como indicador de desempenho o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 com o objetivo de monitorar a qualidade da educação ofertada no serviço público por meio da análise de dois componentes: a taxa do rendimento escolar e as médias de exames aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (INEP, 2019). O IDEB serve para medir o nível de aprendizado, que se utiliza do desempenho da Prova Brasil, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizados a cada dois anos.

3. MÉTODO

Quanto aos objetivos esta pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória, que se utilizou de pesquisa bibliográfica e documental. Para fazer a análise de eficiência dos municípios foi utilizada a Análise Envoltória de Dados (DEA), que é uma ferramenta capaz de avaliar a eficiência relativa à aplicação de recursos (SILVA FILHO; et al, 2016).

Os cálculos realizados na DEA são determinados pelas variáveis denominadas pelo programa de *inputs* que são os insumos e *outputs* que são produtos (WILBERT; D'ABREU, 2013). Para esta pesquisa os *inputs* utilizados foram os orçamentos destinados para a educação dividido pela quantidade de alunos matriculados nos municípios selecionados e para os *outputs* foram utilizados Indicadores Educacionais, tais como o IDEB, taxa de aprovação, reprovação e abandono de cada um dos municípios para os anos de 2009 e 2017.

Os anos foram selecionados para fins de comparação e avaliação temporal da evolução dos investimentos, indicadores e eficiência, tendo em vista que são os mais distantes entre si

disponíveis na plataforma. Como o resultado do IDEB é divulgado a cada 2 anos, o último ano disponível é o de 2017.

O Estado Paraense é constituído por 144 municípios, contudo para compor a amostra do estudo foram utilizados apenas os 39 da região do sul e sudeste do Pará. O Quadro 1 identifica os municípios.

Quadro 1 – Municípios que compõe a Mesorregião Sudeste Paraense

Abel Figueiredo Água	Goianésia do Pará	Rondon do Pará
Azul do Norte	Itupiranga	Santa Maria das
Bannach	Jacundá Marabá Nova	Barreiras
Bom Jesus do Tocantins	Ipixuna	Santana do Araguaia São
Brejo Grande do	Novo Repartimento	Domingos do Araguaia
Araguaia Breu Branco	Orilândia do Norte	São Félix do Xingu
Canaã dos Carajás	Palestina do Pará	São Geraldo do Araguaia
Conceição do Araguaia	Paragominas	São João do Araguaia
Cumarú do Norte	Parauapebas	Sapucaia
Curionópolis	Pau D'Arco	Tucumã Tucuruí
Dom Eliseu	Piçarra	Ulianópolis
Eldorado dos Carajás	Redenção	Xingura
Floresta do Araguaia	Rio Maria	

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa (2019)

Os dados secundários referentes ao total investido por município na educação e quantidade de alunos matriculados na educação básica foram obtidos diretamente do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio eletrônico do Programa Dinheiro Direto na Escola Relação de Unidades Executoras (PDDEREx), em que foram coletados valores. Já os dados referentes ao IDEB foram retirados do site do INEP (2019).

Para avaliação dos níveis de eficiência a escala varia conforme o desempenho das unidades de 0 a 1, em que 0 é considerado totalmente ineficiente e 1 é correspondente ao nível máximo de 100% de eficiência. O intervalo entre as variáveis foi dividido em quatro partes: 0,1 a 0,25 representa um nível baixo; 0,26 a 0,50 é considerado um grau médio; de 0,51 a 0,75 corresponde a um grau bom e de 0,76 a 0,99 corresponde ao mais alto grau de eficiência da escala (SCHERER et al., 2016). Desta maneira, procedeu-se à coleta de dados e análise de resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No tocante aos municípios a Tabela 1 traz informações sobre os maiores orçamentos para o ano de 2009 e 2017, o que permite visualizar quais os municípios que realizaram mais gastos na educação.

Tabela 1: Os 5 municípios com maior Orçamento Total (FNDE) para os anos de 2009 e 2017.

Municípios	Orçamento 2009	Municípios	Orçamento 2017
Marabá	R\$ 1.056.665	Marabá	R\$ 1.421.620
Eldorado dos Carajás	R\$ 654.895	Parauapebas	R\$ 1.076.040
Paragominas	R\$ 593.190	Paragominas	R\$ 664.980
Parauapebas	R\$ 522.896	Tucuruí	R\$ 536.940
Tucuruí	R\$ 426.534	São Félix do Xingu	R\$ 391.880

Fonte: Dados coletados do site do FNDE (2009-2017), adaptado pelos autores

De acordo com a Tabela 1, já se constata que os municípios que mais gastaram em educação em 2009 se mantiveram como aqueles com maior orçamento em 2017, exceto por Eldorado dos Carajás, que estava em segundo lugar em gastos em 2009, mas foi substituído por São Félix do Xingu na lista dos entes municipais com maior gasto em 2017.

No mesmo sentido, constata-se que houve aumento no orçamento de todos, exceto por Eldorado dos Carajás, pois se tivesse mantido o mesmo gasto de 2009 em 2017, sem nenhum aumento nominal, ele estaria entre os municípios com maior orçamento em 2017. Ao mesmo tempo se nota que Marabá teve um aumento de cerca de 40% entre 2009 e 2017 e Parauapebas teve um aumento de quase 50%. Na região sul e sudeste do Pará estes também são, em média, os maiores municípios em termos populacionais.

Ocorre que a questão é saber se os gastos se refletiram em qualidade de ensino. A Tabela 2 apresenta dados relacionados ao IDEB evidenciando os melhores índices para os anos de 2009 e 2017.

Tabela 2: As 5 maiores notas do IDEB por município para os anos de 2009 e 2017.

Municípios	IDEB – 2009	Municípios	IDEB - 2017
Parauapebas	4,7	Ulianópolis	6,0
Ulianópolis	4,5	Paragominas	5,7
Ourilândia do Norte	4,4	Parauapebas	5,7
Paragominas	4,3	Rondon do Pará	4,9
Tucuruí	4,2	Rio Maria	4,8

Fonte: Dados coletados no site do IDEB (2009-2017), adaptado pelos autores, 2019

A Tabela 2 que ocorreram melhoras em todos os municípios com maiores notas entre 2009 e 2017, mas que exceto por Parauapebas, Paragominas e Tucuruí, os municípios com

melhor desempenho, não necessariamente possuem os melhores resultados, sendo que Tucuruí não está entre os melhores para o ano de 2017.

Apesar destes resultados, isto ainda não responde à questão sobre eficiência. Para analisar se os municípios são eficientes os dados coletados foram aplicados na DEA, que projeta a ineficiência de cada unidade, orientada pelos *inputs*. A Tabela 3 apresenta índices de eficiência dos municípios do sul e sudeste do Pará para os anos de 2009 e 2017 que obtiveram melhor desempenho.

Tabela 3: Dados da eficiência dos 5 municípios mais eficientes para os anos de 2009 e 2017.

Municípios	2009	Municípios	2017
Bannach	1,00	Bannach	1,00
Ulianópolis	1,00	Ulianópolis	1,00
Parauapebas	1,00	Rio Maria	0,99
Ourilândia do Norte	1,00	Abel Figueiredo	0,96
Pau D'Arco	1,00	Paragominas	0,95

Fonte: Dados extraídos do programa SIADV3 - Adaptado pelos autores

A Tabela 3 evidencia que para o ano de 2009 exceto pelo município de Parauapebas, que estava tanto entre os maiores orçamentos quanto entre as melhores notas do IDEB, os municípios que foram mais eficientes na relação gasto e desempenho, não necessariamente são aqueles que realizam mais gastos. Para o ano de 2017, mantém-se a mesma linha de raciocínio. Todavia, em 2017 é o município de Paragominas que aparece entre os municípios com maior orçamento e melhores notas.

Ao considerar a evolução dos gastos em educação entre 2009 e 2017, também é possível constatar que houve alguma melhora em todos os resultados do IDEB, o que permite concluir que mais investimentos são necessários, além, é claro, de uma gestão eficiente com vistas à melhora da educação pública. No entanto, em alguns casos os gastos quase dobraram, mas os índices aumentaram pouco entre 2009 e 2017.

Por exemplo, entre os 39 municípios, 7 foram classificados no grau médio de eficiência para o ano de 2017 (Itupiranga, Eldorado dos Carajás, Jacundá, Goianésia do Pará, Santana do Araguaia e São Félix do Xingu). Enquanto 9 municípios estão no nível bom de eficiência (São Domingos do Araguaia, Novo Repartimento, Conceição do Araguaia, Marabá, São João do Araguaia, Água Azul do Norte, Xinguará, Dom Eliseu, Floresta do Araguaia e Breu Branco).

Os demais municípios estão num alto patamar de eficiência, mas não entraram entre os 5 primeiros para o ano de 2017 (Tucumã, Tucuruí, São Geraldo do Araguaia, Redenção, Nova Ipixuna, Brejo Grande do Araguaia, Rondon do Pará, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Palestina do Pará, Curianópolis, Piçarra, Bom Jesus do Tocantins e Parauapebas).

Ademais, isto revela que em nível comparativo existem poucos municípios no sul e sudeste paraense que podem ser considerados ineficientes, a despeito de que ao se incluir os que foram classificados no patamar bom para cima, ainda restam muitos que podem melhorar a alocação de gastos.

Portanto, no que tange a aumentar a alocação de recursos, ou disponibilizar maiores montantes, priorizar os 5 municípios mais eficientes de 2017 traria melhores resultados. A probabilidade de esses recursos serem aplicados de forma eficiente e inovadora é maior. Ao mesmo tempo, uma maior alocação de recursos nos municípios menos eficientes não garante melhores resultados, se antes não se solucionar a ineficiência, ou seja, maiores recursos para unidades ineficientes podem traduzir-se em maiores desperdícios.

Como parte dos municípios mais eficientes são de pequeno porte, os resultados desta pesquisa corroboram o trabalho de Macêdo et al. (2015), para quem municípios menores tendem a ser mais eficientes. Além disso, como parte dos municípios mais eficientes em 2009 deixaram de estar entre os melhores em 2017, é necessário realizar o acompanhamento dos gastos efetuados, como afirmam Firmino e Leite Filho (2018).

Por fim, não se pode esquecer que o grau de eficiência foi medido em nível comparativo. Se a comparação fosse entre municípios do Sudeste, que naturalmente possuem outra realidade, o desfecho poderia ter sido outro. Além de ser de conhecimento geral que existem municípios brasileiros que possuem notas mais altas, como Sobral/CE, que possui nota superior a 8, enquanto a melhor nota destes municípios paraenses analisados é de 6 (INEP, 2019). Isto leva a outro tipo de análise, relacionada à efetividade do ensino público, que pode ser conduzida a parte ou em conjunto com um exame sobre eficiência.

De todo modo, é preciso buscar meios de melhorar a eficiência e a qualidade da educação pública, para a construção de um país mais justo e igualitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho avaliou-se a eficiência dos gastos públicos em educação de municípios do sul e sudeste paraense, empregando o método DEA, o que permite suprir uma lacuna importante no que diz respeito à avaliação do desempenho desses municípios, além de destacar a necessidade de realizar estudos de avaliação de políticas públicas, seja para assessorar os gestores públicos, seja como uma forma de prestação de contas perante à sociedade.

A pesquisa demonstrou a importância de uma boa alocação dos recursos para desenvolver políticas capazes de aprimorarem os indicadores de desempenho como o IDEB. Ademais, ficou claro que nem sempre aquele que mais dispense recursos públicos é o mais eficiente e ainda que sejam necessários maiores aportes na área educacional, caso os problemas de ineficiência não sejam resolvidos, aumentar os gastos pode levar ao desperdício. Apesar de ter ocorrido uma melhora nas notas do IDEB dos municípios entre os anos de 2009 e 2017, é necessário tirar o Poder Público de sua inércia, para alcançar desempenhos ainda melhores. Os prejuízos da baixa qualidade na educação não se restringem aos alunos e professores, mas atingem a sociedade como um todo.

As conclusões da pesquisa estão limitadas aos municípios examinados, a despeito de que seus resultados servem de parâmetro inicial da situação da educação paraense. Os anos analisados também restringem o alcance do trabalho, mas permite que novas pesquisas possam utilizar um intervalo de tempo maior, seja para corroborar ou para refutar os resultados aqui encontrados.

Por fim, existem limites que dizem respeito ao próprio DEA, que compara apenas o universo de municípios selecionado e cujos resultados variam conforme os *inputs* e *outputs* utilizados, bem como ao peso dado a cada um.

Para estudos futuros há o potencial de ampliar além do número de municípios, a próprias variáveis a serem analisadas na área da educação podem ser expandidas, para verificar se o governo está alocando os recursos de forma eficiente pode revelar novos aspectos a serem considerados, com vistas a melhorar a qualidade de vida da população e gerar desenvolvimento, materializando o direito constitucional à educação.

6 REFERÊNCIAS

BORGES, E. F.; PEREIRA, J. M. Educação fiscal e eficiência pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos municipais. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília. Brasília, v.8, n.4, art. 6, p. 437-453, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/repec/article/view/1202/972>>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro 1996, Lei das Diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília–DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CASTRO, M. S.; SOUSA, E. P. Eficiência dos gastos públicos da rede de ensino municipal cearense. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 34. n. 100, jan-abr 2018. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2596/2368>. Acesso em: 18 Jun. 2019.

COSTA, C. C. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49. n. 5. p. 1319-1347, set./out. 2015.

DERLIEN, Hans-Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2001.

FABRE, V. V.; SCHLUP, D.; PANDINI, J. Aplicação de recursos públicos no ensino fundamental: será que o gasto interfere no desempenho? **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 16, n. 47, p.42-50, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2324/1908>>. Acesso em: 15 jun. 2019

FIRMINO, R. G.; LEITE FILHO, P. A. M. Eficiência na aplicação dos recursos públicos da educação básica. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online). Rio de Janeiro, v. 23. n. 1. p. 28 - p. 49, jan/abr., 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/39295/pdf>>. Acesso em: 15 Jun. 2019.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLOEPPPEL, N. R.; RODRIGUES JÚNIOR, M. M.; SCARPIN, J. E. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do Estado do Paraná. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v.7. n. 2, p. 54-62, abr.-jun., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/apgs/article/view/4614/2404>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MATIAS, A. B.; QUAGLIO, G. M.; OLIVEIRA, B. G.; LIMA, J. P. R.; BERTOLIN, R. V. Níveis de gastos e eficiência pública em educação: um estudo de municípios paulistas utilizando análise envoltória de dados. **Revista de Administração da UFSM**. Santa Maria, v. 11. n. 4. p. 902-918, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/16448/pdf>>. Acesso em: 21 Jun. 2019.

MACIEL, E. B.; KRONBAUER, C. A.; OTT, E.; BARBOSA, M. A. G.; MARQUEZAN, L. H. F. Análise da aderência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – nbcasp– em instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. **ConTexto**. Porto Alegre, v. 15, n. 30, p. 111-127, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/47128/pdf_54>. Acesso em: 21 Jun. 2019.

OLIVEIRA, L. M.; SILVA, C. M.; ARAÚJO, S. B. O papel da contabilidade aplicada ao setor público no processo de tomada de decisão: um estudo de caso no município de Santana do Seridó/RN. **Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas**. Petrolina, v. 8, n. 1, p. 38-56, jan./dez., 2018. Disponível em: <<http://revistaopara.facape.br/article/view/212/132>>. Acesso em: 20 Jun. 2019.

PETERS, B. G. Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes, Public Administration, v. 76, p. 408-509. 1998.

PORTAL FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnde.PDDEREX_2_PC?p_listar=S&p_a no=2011&p_prg=02&p_uf=PA&p_co_mun=150860&p_tipo=P>. Acesso em: 19 Ago. 2019.

PORTAL INEP. **IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 19 Ago. 2019.

RECH, A. T.; COMUNELLO, A. L.; GODARTH, K. A. L. Análise da eficiência dos gastos públicos na educação fundamental dos municípios do sudoeste do estado do paraná. In: XXXVIII Encontro da ANPAD. 38., 2014. Rio de Janeiro. **Anais[...]**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1865.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2019.

SCHERER et al. Eficiência dos gastos em educa o básica nos estados brasileiros a partir da Análise Envoltória de Dados (DEA). In: XXIII Congresso Brasileiro de Custos.23. 2016, Porto de Galinhas. **Anais[...]**, Porto de Galinhas, 2016. Disponível em:<<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4133/4134>>. Acesso em: 18 Jun. 2019.

SILVA FILHO, G. M; PEREIRA, T. R .L; DANTAS, M. G. S; ARAUJO, A. O. Análise da eficiência nos gastos públicos com educa o fundamental nos colégios militares do exército em 2014. **Revista Evidencia o Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 50-64, jan./abr. 2016.

SOUSA, W. D.; MAGALHÃES, M. A.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; BERNARDES, J. R. Análise dos gastos na alocação dos recursos públicos destinados ao ensino fundamental dos municípios do Espírito Santo. **Revista Gestão Org.**, Recife, v. 14. n. 2. p. 381-392, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/22183/24605>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

TREVISAN, A.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-50, maio/jun. 2008.

WILBERT, M. D.; D'ABREU, E. C. C. F. Eficiência dos gastos públicos na educação: análise dos municípios do estado de Alagoas. **Advances in Scientific and Applied Accounting**. São Paulo, v. 6. n. 3. p. 348-372, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/18180>>. Acesso em: 17 Jun. 2019.